



A TENSÃO DAS TRAMAS FAMILIARES: A PRESENÇA DE PESSOAS DE DIFERENTES ESTRATOS SOCIAIS E DIFERENTES CONDIÇÕES JURÍDICAS NA COMPOSIÇÃO DE UMA FAMÍLIA NO SÉCULO XVIII

Martha Daisson Hameister¹

Introdução

A discussão que aqui se apresenta teve origem no desenvolvimento das pesquisas sobre as estratégias sociais e familiares no limiar do povoamento da localidade do Rio Grande². Esse povoamento foi situado junto à barra do canal que liga a Lagoa dos Patos, ou mais corretamente Laguna dos Patos, ao Oceano Atlântico. O início desse povoado remonta a ereção da fortificação militar de Jesus, Maria e José, iniciada em 1737 em apoio à Colônia de Sacramento, a esse momento sitiada por tropas castelhanas. De início, o caráter da localidade era essencialmente militar, um ponto à retaguarda da principal frente de batalha entre lusos e castelhanos no extremo-sul do Estado do Brasil. A vida pulsante de um povoado com homens e mulheres de todas as idades, com casamentos e nascimento, com amizade, alianças, brigas e intrigas entre famílias iniciou-se um pouco depois. Tem-se nos registros que estão nos livros paroquiais da localidade testemunhos dessa vida. Esses registros começaram a ser produzidos em 1738 um pároco foi designado para o serviço das almas na localidade.

Usando dessa documentação para tentar entender as estratégias familiares e sociais no estabelecimento de um povoado luso na América esbarrou-se na falta de uma definição de família que abrangesse a imensa variedade de arranjos visíveis nesses livros. Se houve a constatação de que qualquer modelo explicativo para *família* àquele momento era uma camisa de força a qual impediria a percepção das configurações e dinâmicas que se percebiam com o uso dessa documentação, por outro não se tinha a real dimensão nem uma percepção mais ampla do que seria essa *família* à qual

¹ Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestre e Doutora em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professora no Departamento de História da Universidade Federal do Paraná (DEHIS/UFPR). Contato: marthahameister@gmail.com.

² HAMEISTER, Martha Daisson. “Para Dar Calor à Nova Povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763)”. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp057416.pdf>.



se tecia uma aproximação lidando com alguns conceitos que ajudavam a recuperar a agência humana nessa história. Evitou-se o problema de uma forma honesta, todavia insatisfatória. Honesta porque ficou indicada sua existência. Insatisfatória pois não avançou além de percepção de sua existência. Naquele momento, a melhor solução foi usar a expressão *família corporativa* ao invés de *família extensa*, *família patriarcal*, *família nuclear* ou qualquer outra definição que não levasse em conta a ideia de sociedade de corpos ou sociedade corporativa, pois cria-se que essa ideia é que informava a organização familiar, apesar de não se ter ao certo se não era o contrário, se a organização da família como um corpo é que informava e dava modelo para organizações mais amplas nessa sociedade ou mesmo da organização da própria sociedade. A honestidade naquele momento consta da recusa em colocar a realidade vivida pelos agentes do passado que era observada nos registros paroquiais em um modelo teórico que não lhe computava lá muito bem, fosse o modelo qual fosse. Sempre surgia na mente a imagem de uma boneca da qual se arrancam os bracinhos para que coubesse na caixa.

Crê-se aqui que, ainda longe de atingir uma definição satisfatória para o que seja tal modelo, avançou-se bastante nesse sentido, já que foi aguçada a sensibilidade a situações concretas para as quais um modelo minimamente satisfatório deva dar resposta. Desses avanços que já se fazem sentir destaca-se aqui a necessidade desconsiderar a maior parte dos critérios atuais para a inclusão em uma família e ater-se mais às indicações contidas nos documentos da época para perceber quem fazia ou não parte de uma família. Dada a multiplicidade de arranjos familiares possíveis nessa localidade, um equívoco que se pode cometer nesse sentido é o de abster-se da intenção de alcançar tal modelo minimamente satisfatório. Não é de hoje que há esse incômodo no trabalho do historiador, trazendo-se aqui a preocupação expressa nas palavras de Witold Kula:

A elaboração de uma teoria requer a construção prévia de um modelo. Esta questão gera muitos mal-entendidos nas ciências humanas em geral, e na história econômica em particular.

A grande maioria dos historiadores não sente qualquer necessidade de construir um modelo, e quando um deles o constrói, os colegas indignam-se. O mito da história como ciência do concreto, como ciência do acontecimento único, o mito da história descritiva e narrativa, a que só interessa o individual, tem conduzido ao alheamento e até à hostilidade para com a construção de modelos.(...)

Para que a teoria a construir possa ser mais do que um jogo intelectual, o sistema de premissas deve corresponder a relações realmente existentes nas sociedades que são o objecto do nosso interesse. A teoria construída só será válida por referência a sociedades (conhecidas ou a descobrir no futuro) nas quais pareçam efectivamente os elementos que introduzimos no nosso modelo. Quanto maior for a quantidade de elementos incorporados no modelo, tanto mais rica poderá ser a teoria construída, mas tanto menor será também o número de sociedades por ela abrangidas.³

³ KULA, Witold. *Teoria Económica do Sistema Feudal*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1979, p. 15.



Para o caso do estudo das famílias que habitaram a Vila do Rio Grande em seu primeiro quartel de existência, tanto mais sente-se essa aflição quanto mais se mostram os diversificados os arranjos internos e os papéis desempenhados por seus componentes. Pensa-se aqui que, ao contrário da preocupação de Witold Kula com a precisão do modelo implicar na redução da abrangência do modelo, a preocupação é não tecê-lo de modo abrangente e amplo para compor essa diversidade e ao mesmo tempo não deixá-lo tão amplo que comporte além daquilo que deve abarcar.

Dito isso, é necessário frisar que o que daqui se segue é a análise de alguns registros paroquiais de batismo que guardam algumas peculiaridades para, apartir deles, coletar alguns elementos que se julgam importantes para a composição do modelo.

O teórico e o empírico

Toda investigación, si quiere tener un sentido, debe tratar de dar respuesta, aunque sea parcial y provisional (en la ciencia no existen respuestas definitivas), a un problema o a un conjunto de problemas. Lo primero que hay que hacer, pues, cuando se emprende una investigación o se inicia la elaboración de un texto, es formular el problema (o conjunto de problemas) al que se pretende dar respuesta. La calidad de la respuesta depende mucho de la claridad con que se plantee el problema. Un problema planteado en términos confusos, imprecisos e incluso inadecuados sólo puede dar lugar a respuestas confusas e imprecisas⁴.

O problema para o qual se pretende contribuir com a construção das respostas consiste em tentar estabelecer delimitações para o pertencimento de pessoas a uma família no século XVIII. Para tanto, é necessário, dentre tantas outras coisas, saber algo que ainda é misterioso: em que consiste uma família no século XVIII. O teórico e o empírico, inseparáveis como são, juntos podem dar o caminho para que se formulem algumas explicações. Apesar de que, na matéria que pretendemos tocar, as explicações ainda estejam longe de serem formuladas, o objetivo aqui é tentar avançar um passo: alargar os limites da família do século XVIII, embora não se dê o passo correlato a esse, qual seja, buscar os pontos de corte ou os critérios de exclusão no que seja uma família nesse período.

Parte-se de um registro de batismo de uma escrava aparentemente normal, mas que sob a capa de normalidade oculta muito para ser visto e dito.

Catarina de nação Mina escrava de Francisco Pires Casado batizou-se e Recebeu os Óleos Santos por mim Vigário Manuel Francisco da Silva nesta Matriz do Rio Grande de São Pedro aos nove dias do mês de Abril do

⁴ CIPOLLA, Carlo M. *Entre la Historia y la Economía: introducción a la historia económica*. Barcelona: Crítica, 1991.



ano de 1756. Foram Padrinhos Inácio de Aranda e Luzia de Aranda, pretos escravos de Antônio de Aranda. Por verdade fiz este assento. Vigário *Manuel Francisco da Silva*⁵.

Da escrava Catarina, através desse registro, depreende-se que era africana, provavelmente embarcada na Costa da Mina, que não chegou ao Rio Grande com nenhuma indicação que houvesse sido batizada em um dos muitos batizados coletivos de africanos ou no porto de embarque ou no porto de desembarque na Colônia, pois foi batizada individualmente. Sabe-se que seu proprietário era Francisco Pires em 1756 era Francisco Pires Casado e que seus padrinhos foram um casal de escravos de propriedade de Antônio de Aranda.

O fato de um casal de escravos servir como padrinhos de um escravo africano novo não é novidade na historiografia sobre a escravidão no Brasil. Stuart Schwartz e Stephen Gudeman já alertavam para essa ocorrência no estudo que procederam sobre as práticas de compadrio dos escravos⁶. O que se pretende discutir é o fato de dois escravos casados que são casados e apadrinham essa escrava africana, serem portadores do mesmo sobrenome de seu senhor, Antônio de Aranda. Não era comum os escravos portarem sobrenome. Escravos casados eram a maioria nas escravarias do Rio Grande. Mais comum era escravos sem sobrenome e pardos e alforriados com algum sobrenome, algumas vezes o de seus antigos senhores. O que hoje chamamos de sobrenome também é chamado de nome de família, cuja interpretação simplificada é a de ser um nome pelo qual é identificada e reconhecida no meio social uma certa família. O registro aparentemente normal traz para essa discussão alguns elementos importantes.

Nesse ponto, abrem-se outras indagações acerca do parentesco e do pertencimento à família, de um modo muito extremado. De um lado Antônio de Aranda, cujo nome de família tem alguma fidalguia, havendo também na vila um Dom Manuel Fernandes de Aranda e de outro dois integrantes do patamar mais baixo da sociedade riograndina: dois pretos escravos. Tanto Dom Manuel, Antônio e os escravos Inácio e Luzia são portadores do mesmo signo de reconhecimento: um nome de família. Não se duvida, embora não se tenha comprovação, que Manuel Fernandes de Aranda que ostenta o título de “Dom” quando seu nome é grafado nos registros paroquiais de Rio

⁵ ARQUIVO DA DIOCESE PASTORAL DO RIO GRANDE. *Livro 2º de Batismos da Vila do Rio Grande 1753-1757*, fl. 89v.

⁶ GUDEMAN, Stephen, e Stuart SCHWARTZ. “Purgando o Pecado Original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII”. *Escravidão e Invenção da Liberdade. Estudos Sobre o Negro no Brasil*. Org. João José REIS. São Paulo: Brasiliense, 1988.



Grande e Antônio de Aranda guardem algum vínculo de parentesco consanguíneo ou afim. Podem guardar vínculo de parentesco espiritual, podendo ser um padrinho de batismo ou de confirmação de batismo do outro. Pouco provável que os escravos Inácio e Luzia fossem parentes por laços consanguíneos ou afins (por matrimônio, como são os cunhados ou sogros, por exemplo). Afilhados de Antônio pouco provável também. Os estudos sobre compadrio para o período colonial indicam a raridade dos casos em que um senhor de escravos é padrinho dos mesmos⁷. O que vemos nesse registro é claramente o compartilhamento de um dos mais importantes bens de uma família entre pessoas que muito provavelmente não guardam outros vínculos entre si exceto a relação entre senhor e escravo. Desse ponto, parte-se para uma arqueologia do vocabulário em dicionários de época⁸ como já foi feito em trabalhos anteriores, dos quais se recupera uma parte aqui⁹, com a grafia atualizada.

Uma viagem no tempo acompanhando as palavras

No dicionário de Raphael Bluteau¹⁰, encontram-se os seguintes significados para *família* e termos correlatos que dizem diretamente respeito. Tem-se então: “FAMILIA: familia. As pessoas de que se compoem huma casa, pays filhos & domesticos”. Na mesma página há o vocábulo *familiar*, e uma de suas acepções vem ao encontro do que se busca: “familiar da casa. Doméstico” e “Ser um dos familiares da casa, ou pessoa de alguém”. Dois outros termos que não possuem o mesmo radical fizeram-se perceber nos significados registrados por Bluteau aos dois vocábulos. São eles *casa* e *doméstico*. Para *doméstico* a acepção mais significativa vem a ser “Domestico. cousa da casa”, o que remete novamene a *casa*. Indo além nessa exploração, remete também ao radical da palavra *doméstico*, que vem do latim *domus*, que significa casa como símbolo da família e de cujo radical latino *dom-* também deriva a palavra *dominium* e *dominus*, o dono da casa, senhor,

⁷ Ver, entre outros: GUEDEMAN & SCHWARTZ. 1988. op. cit, p. 50; HAMEISTER, 2006. op. cit. p. 220, 241. BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. “Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850”. In: *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu, 2004.

⁸ Foram utilizados para esse exercício os dicionários de Raphael Bluteau, Sebastián Covarrubias Orozco, Real Academia Espanhola - Dicionário de Autoridades e o Dicionário Houaiss pela prestimosa colocação da etimologia dos termos. As referências encontram-se ao final deste.

⁹ HAMEISTER, 2006. op. cit. cap. 7.

¹⁰ Esse dicionário teve seus volumes organizados por ordem alfabética publicados em diferentes anos, que vão de 1712 a 1728, ano de publicação de um suplemento.



proprietário e *domitius*, o que pertence à casa¹¹. Todos os que compõem uma casa estão sob o mando do senhor da mesma e todos fazem parte da *família*, segundo o dicionário de Bluteau. Em *casa*, no mesmo dicionário de Bluteau, encontram-se, além da edificação onde se habita, outras acepções: “casa. Geração. Família.” e “casa. Móveis. Criados. &c”. Nas muitas acepções de *geração* (ou *geraçam*, no original) há uma relativa a animais, que também leva em consideração a natureza, mas que traz algo importante para essa discussão quando fala do terceiro quesito para a geração perfeita: “o gerado há de ser semelhante, ao que gerou na própria natureza específica; & assim não é geração, a produção do bicho, que nasceu da corrupção, nem do monstro, porque saiu dessemelhante à natureza humana”. Mais adiante, em uma outra acepção, agora relativa aos humanos: “também se diz das famílias, da genealogia & do nascimento do mesmo tronco. Disso depreende-se que sendo *casa* a geração, ou seja a reprodução física dos que estão contidos no âmbito doméstico, e todo o conjunto de pessoas que são ao mesmo tempo parte dessa *casa* e são a própria casa, devem guardar esses alguma semelhança. De *gerar* deriva, dá a perceber esse dicionário, *gerarquia* ou *jerarquia*. Para esses não se encontram acepções, mas encontra-se para *hierarquia*: “o mesmo que gerarquia” e para *ierarquia* uma referência às ordens de importância dos anjos na esfera do divino, ou seja, a *gerarquia* ou *jerarquia* em uma família passa pela ordenação da mesma, considerando diferentes posições, do mais elevado ao mais inferior dentro desse mesmo âmbito.

Na continuidade das buscas, o intento foi de localizar um léxico organizado mais antigo do que o de Bluteau e o achado foi para a outra nação ibérica. Consta do *Tesoro de la lengua castellana o española*, de autoria de Sebastián Covarrubias Orozco e datado o início de sua publicação em 1611. A primeira busca foi pelo vocábulo *familia*

FAMÍLIA, en comun significacion vale la gente que un señor sustenta dentro de su casa, de donde tomô el nombre de padre de familias: dixose del nombre Latino famelia: y se entendia de solos los siervos, trayendo origen de la diction Osca, famel, que cerca los Oscos significavan siervo, pero ya no solo debaxo deste nombre se comprehenden los hijos, pero tambien los padres, y abuelos, y los demás ascendientes del linage, y dezimos la familia de los Cesares, de los Scipiones: ni mas; ni menos a los vivos, que son de la mesma casa, y decendencia, que por otro nombre dezimos parentela: y debaxo desta palabra familia se enteiende el señor, su muger, y los demás que tiene de su mando, como hijos, criados, esclavos (...),

De onde se verifica a mesma relação estreita entre *família* e *casa*. Para *casa*, em um verbete bastante longo, encontra-se entre tantas explicações

¹¹ DICIONÁRIO HOUAISS ELETRÔNICO, <http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=dom->



CASA, habitació rustica, humilde, pobre, sin fundamento, ni firmeza, que facilmente se desbarata: y assi algunos quiere que se aya dicho casa, à casu; por que a qualquieré viento amenaza ruina. Otros entendiem averse dicho quasi cana; porque los primeros que habitaron en los campos, se cree haverse metido en las concavidades de los montes, y ay de los arboles, y aver hecho en tierro hoyos y cubierto los de ramas, y chozas pagizas. Virgilio las llamó habitaciones humildes.

o que torna quase decepcionante, não fosse por se achar bem mais adiante nesse mesmo verbete o que segue:

(...) Agora en lëgo Castellana se toma casa por morada y habitació, fabricada con firmeza y sumptuosidad: y las delos hombres ricos, llamamos en plural, Las casas del señor fulano, o las del Duque, o Conde, etc. y porque las tales son en los proprios solares de dõde traen origen, vinierõ a llamarse los mesmos linages, casas, como la casa de los Mendoças, Manriques, Toledos, Guzmanes, etc. Otras vezes sinifica la familia. Y assi dezimos, fulano ha puesto mui gran casa, quando ha recebido muchos criados

No longo texto do verbete surgem também significados de expressões que envolvem *casa* “Apartar de casa, vivir de porsí” e “no tener casa, ni viña, no tener raizes, y ser poco de fiar”. *Casa*, portanto, como sinônimo de *família* e ao mesmo tempo maior que ela, pois seguramente envolve o ambiente físico e sua ordenação. Nas expressões percebe-se a importância de ser parte de uma *casa*. Pior do que ser escravo de uma *casa* é “no tener casa, ni viña”, o que significa não ter credibilidade, fiabilidade. Pior que ser escravo de uma *casa* é viver apartado de casa, viver por si, sem um ponto de referência no mundo organizado em corpos.

Tanto *casa* como *família* se perpetuam no tempo tanto no prestígio agregado ao seu nome como na *geração*, a reprodução não apenas das pessoas que nela estão agregadas e seus descendentes mas também em seus comportamentos e como são percebidos pelos outros. *Casa* e *família* remetem também às formas com que se organizam. Envolvendo o ambiente humano e o ambiente físico. Também dizem respeito de como e do que vivem. Remetem, então, à sua própria manutenção. Tem-se o âmbito *doméstico* que é uma apropriação da noção *oikos* grego: unidades *oiconômicas* com todo o significado holístico desse termo¹² no qual também estão presentes as trocas e reciprocidades podem ocorrer. Tais ambientes e relações são de tal modo imbricadas que tornam-se inextricável umas das outras, por mais que com finalidade de estudo as separemos artificialmente em religiosas, econômicas, sociais, familiares, culturais, etc. Em tais unidades que são a família e a casa da família, em suas várias acepções, os escravos, nas origens de sua concepção são parte integrante:

¹² Para essa discussão e a validade dos termos *oiconômico* e *oiconomia* ver CLAVERO, Bartolomé. *Antidora: Antropología Católica de la Economía Moderna*. Milão: Giuffrè Editore, 1991.



Estas dos primeiras associações, la del señor y el esclavo, la del esposo y la mujer, son las bases de la familia, y Hesíodo lo ha dicho muy bien en este verso: La casa, después la mujer y el buey arador; porque el pobre no tiene otro esclavo que el buey. Así, pues, la asociación natural y permanente es la familia, y Corondas ha podido decir de los miembros que la componen “que comían a la misma mesa”, y Epiménides de Creta “que se calentaban en el mismo hogar”¹³. (Aristóteles, s.d.: p.10)

Retornando ao dicionário de Covarrubias Orozco, cabe ainda dizer que nesse dicionário ainda que não se ache verbetes para *geración* ou *generación* em qualquer uma de suas possíveis grafias, encontram-se *ierarchia* e *gerarchia* como sinônimos e referem-se, do mesmo modo que em Bluteau, à hierarquia dos anjos celestes. Pensa-se aqui na noção que da hierarquia dos anjos ou a organização dos seres celestes e sua associação à *geração* que de algum modo é sinônimo de *família* seja o modelo ideal de organização da própria família: com uma mesma origem – talvez a *casa* – mas com diferentes importâncias atribuídas a cada um de seus partícipes, já que mesmo os seres divinos guardam diferentes importâncias na esfera divina.

Daí, portanto, a pertença de escravos à família não apenas como propriedade dessa família mas também como uma parte integrante do todo, não surja como disparatada nem pareça disparatada o fato de Inácio e Luzia portarem o sobrenome de seu senhor ou mais ainda, ostentarem o nome da *casa* de Aranda, a *casa* ou o *solar* que lhes dava a origem e um *locus* tanto social como interno à família por cujo nome eram reconhecidos. De modo análogo e com referência a trabalhos anteriores, próprios meus ou alheios, sabe-se que a escravidão não igualava os escravos, já que percebeu-se que alguns escravos gozavam de privilégios e de posições junto ao núcleo livre da família não compartilhados com outros da sua mesma condição de escravos. Também viu-se na documentação paroquial da Vila do Rio Grande que escravos de famílias de posição elevada quando tinham compadres ou padrinhos escravos, esses provinham das escravarias de famílias de condição social igual ou superior à condição dos senhores de suas famílias. Assim, a hierarquia – proveniente da geração – organizava em patamares diferentes os membros das famílias tanto interna quanto externamente a elas, mas não excluía-se delas as pessoas da mais baixa condição social. A diferenciação das posições, a desigualdade era estrutural nessa sociedade. O modelo de sociedade desigual com forte hierarquização parece também ter resposta no modelo da *gerarquia*, aquele que gera e ordena. Sugere-se o modelo válido tanto para o grande corpo social, o reino, como para a sua menor porção com o mínimo de relações necessárias para que se configurasse como um corpo: a

¹³ ARISTÓTELES. s.d. *Política*. s.l.: s.e. p. 10. <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bk000426.pdf>. Consultado em 04/2012.



familia, que têm em si o senhor do domínio como seu cabeça e os demais membros como as partes necessárias ao corpo. Organiza, hierarquiza, posiciona, inferioriza, mas não exclui.

Considerando que o único é a exceção, que havendo dois pode ser acaso, mas em caso de existir três já configura um padrão, partiu-se para a exploração de um terceiro dicionário, como o de Raphael Bluteau, publicado no século XVIII, a partir de meados da década de 1720 e, como o de Covarrubias Orozco, em língua castelhana. O *Diccionario de Autoridades*, matriz para o atual *Diccionario de la lengua española* da Real Academia Española. Nele encontram-se definições semelhantes aos dois dicionários já visitados e mais algumas interpretações que reforçam a noção acima apresentada. Família tem sua primeira aparição no primeiro conjunto de livros, ou seja a primeira edição do volume que contém a letra “F”, em 1732:

FAMILIA. La gente que vive en una casa debaxo del mando del señor de ella. Es voz puramente Latina. Por esta palabra familia se entiende el señor de ella, e su muger, e todos los que viven só el, sobre quien há mandamiento, assi como los hijos e los sirvientes e los otros criados.

FAMILIA. Se toma mui comunmente por el numero de los criados de alguno, aunque no vivan dentro de su casa

Para *casa* também as acepções são várias. Destacou-se aqui duas dessas acepções por darem a clara ideia de que *casa*, que também é sinônimo dos edifícios de morada tanto quanto de *familia* se configura em um corpo. Tem-se desse dicionário, já na primeira edição do volume que contém a letra “C”, datada de 1729:

Casa. Vale asimismo la familia de criados y sirvientes, que asisten y sirven como domésticos al señor y cabeza o dueño de ella (...).

Casa. Se llama tambien la descendencia ò lináge que tiene un mesmo apellido, y viende de un mismo origen [...se repetem os exemplos de Covarrubias Orozco...]

FAMILIA. La gente que vive en una casa debaxo del mando del señor de ella. Es voz puramente Latina. Por esta palabra familia se entiende el señor de ella, e su muger, e todos los que viven só el, sobre quien há mandamiento, assi como los hijos e los sirvientes e los otros criados.

FAMILIA. Se toma mui comunmente por el numero de los criados de alguno, aunque no vivan dentro de su casa).

Para *generación*, além do registro de ser de sentido lato aquilo que Bluteau frisa em seu sentido estrito: a geração de uma coisa em outra diversa, traz mais duas significativas acepções em sentido estrito em semelhança com dicionário de Bluteau:

Generación. s. f. La produccion de un viviente, de otro viviente, semejantes en la naturaleza, de matéria supuesta, à diferencia de la creación. Viene del Latino *Generatio*, que significa esto mismo. (...)

Generación. Significa tambien lo mismo que Nacion (...).

Generación. Vale tambien la sucesion de generaciones en linea reta (...)

Generación. Se llama tambien toda la nináge de la persona. (...)



Todavia, aparece o termo *engendrar* como sinônimo de *generar*, sendo que para o primeiro é dado o seguinte: “procriar el feto, mediante la unión del macho y de la hembra”. Mas também manifestando que essa virtude é um dom recebido de Deus. O mesmo que criou e ordenou toda a classe de anjos, assim como parece ter criado e ordenado toda a classe de homens, dada a proximidade de *generación*, *generar* e *engendrar*, e a *gerarquía*, *ierarquia* ou hierarquia. Essas últimas desaparecem do dicionário durante as primeiras edições em todas as suas diferentes grafias, ressurgindo apenas na edição de 1780 o termo *gerarquía*, contendo diferentemente do que foi encontrado em Bluteau, a esfera divina como base do verbete. Nesse dicionário, no verbete primeiro surgem as formas de ordenar as classes de sujeitos da sociedade e somente depois disso a referência ao *ordo* celeste.

Gerarquía. s. f. El órden y subordinación que en qualquiera república bien ordenada tienen las diversas clases de sujetos que la componen; como en la eclesiástica los prelados superiores, é inferiores, y los clérigos. En la secular los Príncipes, señores, nobles y plebeyos. Aplica-se a esta voz, principalmente, y como por excelencia al órden y disposición de los coros de los ángeles. *Hierarchia ordo*.

Dá os significados de expressões, em “HOMBRE DE ALTA Y SUPREMA GERARQUÍA. El personaje de elevada esfera, y que está en la mayor estimacion por lo esclarecido de su sangre, ó por sus méritos próprios.” e “GERÁRQUICO, CA. adj. Lo que toca, ó pertenece á la gerarquia. *Hierarchicus*”.

Se o verbete reduz o vínculo com a esfera divina, ao que parece, o modelo de organização social ainda tem explicação teológica: reproduz-se na Terra, com carne e sangue, aquilo que existe em espírito no plano celestial. Novamente, a imbricação do que hoje chamamos de diferentes âmbitos da vida se imiscui em uma única coisa, seja ela a sociedade ou a família, ambas organizadas como um corpo, cada qual com sua cabeça¹⁴.

Alargar os limites estreitar as tensões

Se até aqui o intuito foi de demonstrar a facilidade dos agentes sociais que viveram o século XVIII desde o seu limiar em entender escravos como Luzia e Inácio de Aranda como partícipes de uma família com sua posição social bem demarcada dentro desse corpo, é necessário agora

¹⁴ Se para a família o verbete já citado deixa claro ser a pessoa de posição mais elevada em sua hierarquia a cabeça desse corpo, para a demonstração do funcionamento do reino como um corpo tem-se o excelente estudo de KANTOROWICZ, Ernest. *Os Dois Corpos do Rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



percorrer, ao menos em parte, o caminho que os coloca em seu lugar. A reformulação do conceito de família passa, ao meu entender, necessariamente pela consideração desses aspectos que são simultaneamente econômicos, sociais, culturais e religiosos. Ao mesmo tempo, é necessário discernir a representação que essa sociedade desigual e fortemente hierarquizada faz de si mesma presentes tanto nos dicionários como nos tratados jurídicos e teológicos das práticas que se verificam.

Tal modelo social se pretende justo na medida em que contempla as desigualdades existentes na correção do modelo de lei que é universal a cada caso em particular. Com isso mantém, reitera e reforça a desigualdade ao mesmo tempo em que se representa como justa¹⁵. Em primeiro lugar, o pertencimento à família ou ao corpo familiar não reduz a crueldade dos castigos físicos. Tampouco é menos violento que a coerção física ou mesmo que a coerção mental o fazer crer aos castigados do acerto dessas punições.

Os códigos jurídicos com inspiração teológica em maior ou menor grau, podem até no plano do racional justificar a legitimidade e correção dessas penas físicas aplicadas em detrimento da detenção em cárceres ou com o destino aos trabalhos forçados e mesmo as penas pecuniárias com simples argumentos: não se priva de liberdade quem já é privado dela, não se aplicam trabalhos forçados a quem já é, por sua condição, obrigado a trabalhar sem a paga ou remuneração e, não tendo paga ou remuneração, tampouco pode-se requerer-lhe o pagamento da multa. Mas isso não alivia as tensões internas da própria sociedade que tem na escravidão uma de suas maiores contradições¹⁶. Que essa sociedade, se não como um todo, ao menos em sua maior parte crê nessas explicações e as aceita com as mais corretas, o investigador desse passado não pode deixar-se iludir por esse bonito conto.

Tomando o rumo da discussão de Karl Marx acerca do modelo da Sagrada Família de Hegel, pode-se dizer que não é o modelo celeste que dá forma à família na Idade Moderna, mas a Idade Moderna, ao menos aquela vivenciada no que Giovanni Levi chama de “sociedades mediterrâneas” sustenta o modelo do *ordo* celeste para justificar a sua organização. Modelo bonito e bem articulado, dá sustentação a toda forma de desigualdade e consegue fazer crer como justo que o mérito de cada um está condicionado ao seu nascimento em uma determinada posição social com

¹⁵ LEVI, Giovanni. “Reciprocidade Mediterrânea”. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de OLIVEIRA & ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (orgs). *Exercícios de Micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 51–86.

¹⁶ DAVIS – pegar referência



alguma possibilidade quase sempre limitada de mover-se dentro dessa escala. Com isso reveste com a capa da inclusão nos corpos sociais a exclusão da distribuição da maior parte riqueza, riqueza essa, para o Estado do Brasil no século XVIII produzida por mãos escravas ou outros tipos de trabalhadores compelidos a produzirem e não se verem remunerados ou agraciados com bens equivalentes à sua parte nessa produção de riquezas.

Luzia e Inácio de Aranda faziam parte da família de Antônio de Aranda. Seu trabalho e o de outros Inácios e Luzias sustentavam toda a riqueza que pudesse ter um Aranda do núcleo familiar livre e ainda lhes conferem posição distinta ao engrandecer sua casa com sua posição inferiorizada, no extremo oposto à posição de seu senhor. Se a Inácio e a Luzia foi permitido casar e compor um núcleo familiar escravo dentro dessa *família* imagina-se a sutil violência que os faz modelar suas vidas no espelho da vida de seus senhores. Mais que isso: orgulharem-se de ser “de Aranda” e serem gratos pela dádiva de poder portar o nome de família.

No mesmo rumo, tem-se a violência que sofrem outros tantos escravos que não compartilham dos privilégios alcançados por mérito tais como os de Luzia e Inácio. Esses privilégios são consubstanciados no reconhecimento de sua posição social igual ou superior à escravaria a qual pertence a sua afilhada Catarina, de nação Mina, do mesmo modo que Antônio de Aranda enviando seus *domésticos*, as “cousas da casa” à pia batismal demonstra ser de qualidade igual ou superior ao senhor de Catarina. No caso específico de Francisco Pires Casado, há estudos suficientes para colocá-lo em um patamar social na Vila do Rio Grande muito elevado¹⁷.

Fica ainda em aberto, saber se todo o escravo era considerado um *familiar*, um *doméstico*, um componente da *casa*. Ao que parece, a resposta não encontra-se clara nem indicada nos verbetes *família* ou *casa*. Ela pode, ainda assim, vir de modo mais sutil, no verbete que conserva dois graus de distância do verbete *família*.

Quem faz ou não parte do corpo familiar está esboçado no verbete *geração* “o gerado há de ser semelhante, ao que gerou na própria natureza específica”. Todavia, *casa* é *geração*, mas não gera ninguém na reprodução biológica. *Casa* é *família* ao mesmo tempo em que é *morada*. Tampouco um senhor gera um escravo. Um senhor gera um ser semelhante a si. O modelo não é material ou carnal. Fica claro quando o modelo no qual a *família* se desenha é o modelo celeste e de inspiração divina. Aquele modelo que ordena e diferencia em diferentes níveis mesmo as hostes

17



celestes. O *ordo* celeste assim como a *geração* que é família são criações divinas, mas não são iguais a Deus, ainda que sejam sua imagem e semelhança. Dessa forma, um senhor de um *domus* gera, num âmbito de compromisso muito mais espiritual e moral a sua família que no seu âmbito carnal e material. Gera e amolda os comportamentos. Sua *família* é gerada à sua imagem e semelhança, mas não é e nem pode ser igual a ele. Um corpo como a família não pode ou ao menos não deve ter duas cabeças. Gera e reproduz, no sentido que gerar também se prolonga no tempo, em *gerações* ou *linhagens*. Também, pelo visto, se amolda e se espalha no espaço, considerando os diferentes ambientes que é dado a cada um dos partícipes da família frequentar.

Somente em finais do século XVIII que a geração carnal aparece na hierarquia das acepções antes da acepção da *gerarquia* dos anjos no dicionário espanhol. Até então, a ordenação humana nessa forma de representação que é a dicionarização dos vocábulos, persistia como sendo um reflexo da ordenação divina. Nessa linha de raciocínio, vê-se as restrições a ser geração o mero surgimento dos seres. Aquele que uma vez nascido não encontra a semelhança com quem o gerou, é uma aberração, uma monstruosidade. Não é parte da família pois essa não é o seu espelho. Talvez para as pequenas escravarias do Rio Grande, três, cinco escravos no máximo, a proximidade com o seu senhor e a reprodução de seus comportamentos até onde lhes fosse possível ou permitido alcançar, os incluísse na família de modo quase inconteste. Os africanos novos, os que recebiam o sacramento do batismo mas não abandonavam de todo as práticas sociais, tais como as práticas matrimoniais, religiosas e culturais de seus lugares de origem, mesmo pertencentes – e nesse caso é a pertença de condição jurídica dada pela escravidão, a propriedade de outrem – ao senhor daquele rincão, eram aberrações ou monstruosidades por não se igualarem a quem os gera – e também nesse caso, não se trata de gerar biologicamente nem moralmente, mas dar alguma forma de pertença ao corpo, mesmo que como *cousa da casa*, como são tantos outros dos seus pertences vivos. Isso os diferencia dos objetos, das coisas em geral e, por serem humanos e dotados de alma, os diferencia também dos animais. Mas não os iguala *a priori* aos partícipes da família. Imagina-se que a afilhada de Luzia e Inácio ainda teria um grande caminho a percorrer até chegar a ser *família*. O primeiro passo nesse jogo de espelhos e reflexos foi dado ao seu batismo. A exemplo de seu senhor, Catarina passou a fazer parte da cristandade, talvez o maior corpo social presente nos territórios ibéricos. Mas esse foi só o primeiro passo.



Para as grandes unidades, com muitas centenas de escravos, caso que não verificado no Rio Grande colonial mas presente em outras áreas da América lusa, à maioria desses escravos não era sequer oportunizado dar o segundo passo, já que o controle social, moral, cultural e religioso não podia se dar sob acompanhamento próximo ou prolongado tal que permitisse tais vínculos. Mas certamente não para a maioria. A não inclusão dos escravos nos corpos familiares, é bem provável, tenha sido a regra nas grandes escravarias e portanto, para um número significativo de escravos. Mesmo nessas grandes escravarias, nem todos guardavam distância física, moral e religiosa com o seu senhor. Talvez para alguns, mais próximos ao núcleo livre por executarem serviços domésticos ou por estar associado à família já há algumas gerações isso fosse possível.

Aqueles que nasceram, cresceram e se formaram sob a sombra de seu senhor poderiam ser *familia*. Novamente, a desigualdade é reiterada e fomentada. Não somente entre livres e escravos, mas também entre livres e livres – alguns ampliavam e engrandeciam as suas *familias* com a presença de subalternos – fazendo sentido a frase “Y assi dezimos, fulano ha puesto mui gran casa, quando ha recebido muchos criados” encontrada no verbete “Casa” do léxico de Covarrubias Orozco. Com isso também não foi possível deixar de buscar o significado de *criado* nesse mesmo léxico: “CRIADO, lo criado vale tanto, todo lo que Dios criou. Criado, el que sirve su amo, y le mantiene, y da de comer. (...) Muchos criados, mucha familia”. Aqui aparece invertida a noção inicial: alguém que é criado foi alimentado por quem lhe criou. Em Covarrubias Orozco o que se vê é o contrário, o criado alimentando quem lhe criou, seu amo. Aparenta o termo ter perdido o significado que se buscava.

Para não ficar apenas no léxico do castelhano, Bluteau oferece significados em seu léxico da língua portuguesa, desde “produzido do nada”, ou seja, algo ou alguém que é feito por quem, passando por alguém que recebeu educação de outrem, que cresceu junto a outrem ou em algum lugar – o exemplo foi dado por Covarrubias Orozco, “Nacido, u criado em Roma” - e chegando a moço fidalgo, cuja origem remonta à prática de reis criarem em sua casa os primogênitos dos fidalgos, aumentando e estreitando os laços com esses seus subalternos. Entre esses extremos no verbete de Bluteau, tem-se *parente* como um dos seus significados. Tão importante quanto esse é o significado para “CRIADA: que serve em uma casa (...)”. Criar, em Bluteau é educar, instruir, ter cuidado em sua criação. Esses termos e acepções dão sentido ao colocado por Covarrubias Orozco: criar é do nada fazer alguém e dar-lhe educação. Ser criado é ser um serviçal, ao que tudo indica,



com sua contraparte na relação recíproca e assimétrica, mas também é ser parente. Quem cria, educa, dá a forma do ser social. Sendo parente, é parte da família.

De criar também deriva o vocábulo encontrado em Bluteau: “CRIOULO. Creôulo. Escravo que nasceu na casa de seu senhor”, mas não somente ele, qualquer coisa nascida em casa e não adquirida no mercado, exemplo dado é “gallinha crioula. Não comprada de fora, mas nascida & criada em casa”.

Na colônia luso-americana, a propriedade de escravos era disseminada, muitos estudos já mostraram isso, mas ao mesmo tempo, a presença de poucos escravos ou apenas um também era uma constante, estando as grandes escravarias concentradas nas mãos de um número relativamente pequeno de proprietários¹⁸. No interior dessas grandes escravarias também estavam dadas as desigualdades: a alguns poucos eram oportunizados os signos de pertença à *família* tais como Luzia e Inácio portavam o nome da casa de Aranda. Todavia, também já observado nos registros de escravos nos livros paroquiais, a maioria deles levam como referência junto ao nome apenas a “nação”: angola, mina, cassange, congo. Outros eram ditos crioulos: não adquiridos, mas nascidos na América. Também sugere que são nascidos e criados na casa de alguém e, assim, parte de uma família com diferentes formas de aglutinar e inserir.

A *casa* que é geração também gera e espalha a desigualdade entre aqueles que poderiam ser semelhantes. A família que agrega e inclui é a mesma que segrega e exclui. Não apenas em seus membros ligados por elos de parentesco mas também entre aqueles que não guardam vínculos de sangue, de afinidade e, principalmente de comportamentos. Os escravos, aparentemente iguais, guardam entre si também a desigualdade dada pela inclusão e exclusão na *família* que é o corpo social do qual são membro. A proximidade de alguns com o núcleo senhorial dessa família lhes torna mais parecidos com essa família. Como visto no início da exploração dos vocábulos, o que é gerado deve guardar semelhança com quem gerou para ser uma criatura e não aberração. Quanto mais assumem os valores de familiares da casa da qual fazem parte, mais *família* são. Aos que guardam distância desse núcleo, mais *escravos* são. Cada um desses guarda em si um tanto de *família* e um tanto de *escravo*. Como tudo, como todos os recursos nas sociedades de Antigo Regime, esses dois atributos são também distribuídos desigualmente de acordo com o mérito

18



próprio angariado ao longo de suas trajetórias ou herdado de seus pais no caso dos escravos crioulos.

Contradições, paradoxos e complexidades

Situação contraditória e paradoxal alertada por Davis¹⁹ é o problema da escravidão. Ao explorar *família* (*casa, geração, etc.*) sente-se essa situação mais complexa do que o mero vínculo de propriedade ou de estatuto jurídico. Como tudo também nas sociedades de Antigo Regime, esses vínculos são mediados por relações pessoais. Melhor dito, tais vínculos, para além dos aspectos jurídicos ou de direito de propriedade que estabelecem relações entre senhor e escravo, são também relações pessoais recíprocas. No entanto, *família* inclui o ambiente físico e o seu funcionamento. Sendo *casa*, não pode deixar de guardar proximidade com as noções de *domus* e de *dominium*. Esses têm estreita relação com a apropriação do conceito de *oikos*. *Oikos* é o modelo de organização do menor corpo que na sociedade guarda o conjunto mínimo das relações essenciais dessa sociedade. De *oikos* deriva o termo que designa o seu gerenciamento: a economia. Para essas sociedades, como quer Clavero, mais claro fica se designada como *oiconomia*, pois remete diretamente ao modelo na qual buscam se espelhar.

A *família* estabelece seus próprios limites que são as suas dimensões e alcances como corpo social. A *família*, tal qual a sociedade, é hierarquizada. Alguns são livres e outros não. Mas tudo isso não se dá por escolhas absolutamente livres. São condicionadas pelas regras sociais. Mesmo essa liberdade da porção livre dessas famílias, conforme Giovanni Levi²⁰, é condicionada e limitada, no mínimo tutelada pela Igreja. Ao que parece, por essa ótica, ninguém era completamente livre e tampouco ninguém é completamente escravo. Assim também parecia a alguns que se lançavam a refletir sobre a escravidão e a liberdade no período colonial²¹.

¹⁹

²⁰ LEVI,

²¹ Interessante notar na obra do Padre Manuel Ribeiro Rocha que todo o escravo guarda ou porta em sua pessoa uma parcela de liberdade que é só sua e não pode ser alienada. Na estimativa feita por Rocha, que envolve vários fatores, desde ser o intelecto inalienável e o escravo ser dotado de intelecto, até a injustiça de seu cativo, o escravo em terras luso-americanas teria dois terços de si livres enquanto um terço seria cativo. Seu proprietários seria seu sócio minoritário, já que compartilhavam a posse do mesmo ser. Do escravo crioulo não considera escrava nem a terça parte, devendo ser restituída a sua liberdade na íntegra imediatamente. Seu cálculo não envolve apenas os valores despendidos na aquisição do escravo, mas também valores morais, éticos, religiosos que regem a oiconomia. Cf. ROCHA, Manuel



Inútil aqui tentar separar tais âmbitos da vida, o econômico, o social, o religioso, o jurídico, pois estão imiscuídos nessa mesma concepção de sociedade²². Melhor, então, tentar entender como essa representação que a sociedade fazia de si mesma e que se consubstanciava nesse modelo de família que comportava em si membros livres e membros escravos, sendo cada um desses tipos dotado de liberdade e de privação de liberdade em maior ou menor grau. Interno a ela, graus distintos de privação de liberdade ou da possibilidade de usufruí-la. Sendo uma unidade econômica inclui também as relações de trabalho das quais a privação de liberdade (em maior ou menor grau) e o trabalho compulsório fazem parte. Essas estão ocultas no mesmo vocábulo e conceito de *família*, já que esse envolve além de sua porção humana, o espaço físico e todo o conjunto de relações e ações que lhe dão sustento. Homogeneizam, tanto quanto conseguem, o que é heterogêneo: senhor e escravo compartilhando de um mesmo conjunto de valores. Tornam mais heterogênea ainda a condição de escravo colocando diferentes graus de uso de liberdade e de signos dessa comunhão de valores com seus senhores.

Nessa aceitação e reiteração da desigualdade entre cada um e cada um dos tipos e grupos sociais existentes – aceitação essa que também se dá em diferentes graus – a escravidão, ao que parece, encontrou um caminho para seu enraizamento e a cada instante, um novo fôlego para sua existência.

As *famílias* e suas *casas* são a geração de comportamentos com alguma regra comum. São *locus* da desigualdade. Nessa desigualdade reside a tensão interna a grupos sociais que comportavam em si gente que guardava tamanha disparidade entre si. Uma conformação social desse tipo, ao que tudo indica, se assemelha a uma panela de pressão com a válvula rota: prestes a explodir sem que se faça esforço. Todavia, a ciência em administrar essas desigualdades talvez consistisse em não permitir que a parcela inferior se inflamasse. Por vezes poderia ser, num extremo do vasto repertório para as atitudes possíveis, concedendo-lhes alguns benefícios e liberdades, tais como o casamento, o portar do nome da *casa* junto ao prenome, possuir roças e um ranchinho dentro das terras do domínio ou circular livremente dentro e fora da propriedade e no outro os castigos físicos, o encarceramento em galpões e senzalas, os maus tratos, a alimentação parca e

Ribeiro. *Etiope Resgatado, Empenhado, Sustentado, Corregido, instruído, e libertado*. – *Discurso Teológico-jurídico em que se propõe o modo de comerciar, haver, e possuir validamente cativos Africanos, e as principais obrigações, que concorrem a quem deles se servir*. 1758. – ed. fac-simile, p. 50-56; 90-92. Também Luís de Molina procedeu reflexões profundas a esse respeito em *De Iustitia et iuri*.

²² LEVI



insuficiente, a eliminação da expectativa de formar casal e ter filhos dentro da norma religiosa que lhes regia a vida. Em se tratando de *família*, todas essas possibilidades e outras tantas existiam, de tal modo que quando ocorriam em ambientes extra familiares ou na família alheia, não eram vistas como anormais. Ocultavam as insatisfações e ódios, amenizavam as grandes contradições que poderiam fazer a “panela” explodir. Agiam como apaziguadores. Não por ser *família* a escravidão era menos cruel, mas por ser *família* nem parecia tão cruel assim. Crê-se aqui que gerenciar a desigualdade e fazer com que fosse aceita por todos ou quase todos faz parte da “mágica” que permitiu à escravidão no Brasil perdurar por tantos séculos.

Disso resulta, e alertar para isso é o propósito desse escrito, que *escravidão* é relação. Que *família* é um conjunto de relações. Que ser livre depende dessas relações. Um senhor pode coisas e vai a lugares impensáveis para seus escravos. Um escravo, na mesma medida, pode coisas e vai a lugares impensáveis para os seus senhores. Tanto um quanto outro se fazem representar em tais lugares inatingíveis e em atos não permitidos a si por aquele que pode transitar nesses meios. Um Antônio de Aranda talvez não pudesse frequentar os recônditos da vida e do lar de Francisco Pires Casado nem como padrinho de seus filhos, mas através de Luzia e Inácio e da afilhada deles poderia interagir-se de segredos indizíveis para quem não está na família.

Pensar a vida dos escravos ou a vida dos senhores de escravos sem contemplar o fato de que ambos são a mesma *família* pode induzir ao anacronismo e a conclusões nem tão confiáveis assim. Um escravo que compactua com o projeto senhorial pode ser visto como um submisso, traidor ou vendido. Mas se o escravo é *família* também, isso pode fazer parte de suas próprias estratégias. O grau de proximidade com o projeto senhorial gera diferenciação entre os membros de uma escravaria e a união por afinidade de condição entre os escravos fica comprometida, na medida em que coopta uns e exclui outros, sem que na maior parte das vezes uma revolta dos excluídos, que em menor grau também são parte da *família*, ecloda. Não há fórmula segura para manter os ânimos apaziguados, mas considerando a parca ocorrência de revoltas escravas deflagradas, esse tipo de mascaramento das contradições existentes em seu seio parece ter sido bastante eficaz.

Para estudar *família* em uma sociedade que necessita da desigualdade para manter-se, pensa-se aqui, deve-se tentar abranger as relações existentes entre gente de estatuto social tão diferente pois, como visto na viagem aos vocábulos, é o *criado* quem alimenta o seu amo e não o senhor que provê o alimento de seu criado como eles próprios querem fazer crer. Mas é o amo que cria o



escravo como ser social, amplia ou restringe a sua esfera de sua vida social, familiar e religiosa. Ainda que essa mútua dependência fique mascarada, ela existia e não pode ser negligenciada.

Fontes Primárias Manuscritas, Transcritas e/ou Publicadas

Bibliografia

BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. “Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850”. In: *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu, 2004. <disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_119.pdf>

CIPOLLA, Carlo M. *Entre la Historia y la Economía: introducción a la historia económica*. Barcelona: Crítica, 1991.

GUDEMAN, Stephen, e Stuart SCHWARTZ. “Purgando o Pecado Original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII”. In: REIS, João José (org). *Escravidão e Invenção da Liberdade. Estudos Sobre o Negro no Brasil*. Org. João José REIS. São Paulo: Brasiliense, 1988.

HAMEISTER, Martha Daisson. “Para Dar Calor à Nova Povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763)”. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp057416.pdf>.

KULA, Witold. *Teoria Económica do Sistema Feudal*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1979.